

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nas Universidades – 15h00

5. Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nos Politécnicos – 15h45

6. Audição da Federação Nacional dos Professores, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nas instituições de ensino superior – 16h30

7. Audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nas instituições de ensino superior – 17h15

8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

8.1. [Petição 418/XIII](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

- **Deputada relatora:** Ana Mesquita (PCP)

8.2. [Petição 427/XIII](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à valorização da Educação e dos seus Profissionais

- **Deputada relatora:** Joana Mortágua (BE)

9. Fixação de redação final de Projeto de Resolução aprovado

[Projeto de Resolução n.º 1312/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a realização de um concurso geral de professores em 2018 e a alteração do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

20 de março, 15h00m

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha (PS), levou a votação a aprovação da ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a palavra para referir pretender apresentar alteração ao texto da ata n.º 109/XIII/3.ª, de 06 de março de 2018, e nesse sentido pediu o adiamento da votação da mesma.

Não tendo havido oposição de nenhum dos Grupos Parlamentares presentes, foi determinado adiar a votação da presente ponto.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa para apreciação

O Senhor Presidente comunicou a baixa do Projeto de Lei n.º 798/XIII/3.ª (PCP) - [Renovação e prorrogação das bolsas de pós-doutoramento até ao cumprimento do previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#), informando que o mesmo deverá ser distribuído ao Grupo Parlamentar do PSD.

Mais, informou que a iniciativa se encontra agendada para discussão no Plenário de 6 de abril, sugerindo-se o agendamento da aprovação do respetivo parecer na reunião de 28 de março da Comissão.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) indicou o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) como Deputado Relator da iniciativa.

3.2. Nova baixa para apreciação em generalidade, iniciativas:

O Senhor Presidente questionou o Grupo Parlamentar proponente das seguintes iniciativas:

- Projeto de Lei n.º 619/XIII/3.ª (PSD) - [Altera o Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.;](#)
- Projeto de Lei n.º 620/XIII/3.ª (PSD) - [Altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária;](#)
- Projeto de Lei n.º 621/XIII/3.ª (PSD) - [Altera o Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico;](#)
- Projeto de Resolução n.º 1069/XIII/3.ª (PSD) - [Recomenda ao Governo a promoção do emprego de doutorados na sociedade;](#)
- Projeto de Resolução n.º 1070/XIII/3.ª (PSD) - [Recomenda a promoção de uma política de propriedade intelectual que fomente o investimento e a inovação;](#)
- Projeto de Resolução n.º 1071/XIII/3.ª (PSD) - [Recomenda ao Governo a promoção da transferência de tecnologia entre Universidades e Institutos Politécnicos e a sociedade](#)

Sobre os procedimentos a adotar, considerando encontrar-se já ultrapassado o prazo para o envio dos contributos peticionados, e que o prazo para a apreciação das iniciativas termina a 20 de março.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) informou que o seu Grupo Parlamentar pretendia apresentar novo pedido de prorrogação de prazo, por 90 dias, uma vez que face aos contributos

recebidos se tornava necessária a audição de outras entidades do sector empresarial, das instituições de ensino superior e autarcas.

Levada a votação o pedido de prorrogação do prazo, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.3. Baixa de Iniciativas

O Senhor Presidente informou que baixaram à Comissão os seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n.º 1370/XIII/3.ª (BE) - [Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo](#);
- Projeto de Resolução n.º 1373/XIII/3.ª (PCP) - [Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes](#);
- Projeto de Resolução n.º 1374/XIII/3.ª (CDS-PP) - [Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar](#);
- Projeto de Resolução n.º 1387/XIII/3.ª (PEV) - [Reabilitação urgente da Escola Secundária do Restelo, em Lisboa](#).

Questionando os Grupos Parlamentares proponentes, ao abrigo do disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, se pretendiam a discussão em Plenário ou em Comissão. O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) informou que o seu Grupo Parlamentar pretendia a discussão em Comissão, pedindo que a discussão da mesma se desse daí por 15 dias, de forma a assegurar a eventual discussão conjunta com outras iniciativas que possam ser apresentadas por outros Grupos Parlamentares.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) informou que o seu Grupo Parlamentar pretendia a discussão em Comissão.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que o seu Grupo Parlamentar pretendia a discussão em Comissão, alertando, todavia para a existência do Projeto de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª (PSD) - [Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire](#), e que, face à similitude da matéria, a discussão deveria ser conjunta. O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) informou da concordância do seu Grupo Parlamentar na discussão conjunta e em Comissão das duas iniciativas.

Por fim, e quanto ao Projeto de Resolução n.º 1387/XIII/3.ª (PEV) - [Reabilitação urgente da Escola Secundária do Restelo, em Lisboa](#), o Senhor Presidente informou que o Grupo Parlamentar proponente se pronunciou já, no sentido de pretender a discussão da iniciativa referida em Plenário.

3.4. Aprovação de Relatório de Audições:

O Senhor Presidente levou a votação a aprovação do Relatório da Audição de Peticionários – ABIC – Petição n.º 440/XIII/3.ª - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, em que é deputado relator, o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), bem como do Relatório da Audição Peticionários – Hugo Rocha – Petição n.º 398/XIII/3.ª - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados, em que é deputada relatora, a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD), tendo os dois sido aprovados por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.5. Audição Regimental Ministro da Educação

O Senhor Presidente informou que se encontra confirmada audição regimental do Ministro da Educação para dia 28 de março (quarta-feira) às 10h00, em virtude das jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do PEV, agendadas para dia 26 e 27 de março.

4. Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nas Universidades – 15h00

O Senhor Presidente cumprimentou a delegação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), melhor identificada na [página da audição](#), informando-a da grelha de tempos disponível para o efeito.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), enquanto representante do Grupo Parlamentar requerente da audição, este expôs que o requerimento apresentado advém da preocupação com o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), nomeadamente por o seu Grupo Parlamentar ter assumido a responsabilidade de o desenhar, sendo um mecanismo importante para a regularização dos trabalhadores precários. Com efeito, o levantamento realizado, em momento anterior a este programa, permitiu constatar a precaridade existente no ensino superior.

Referiu, depois, que o Professor Doutor António Fontainhas Fernandes terá mencionado, em artigo do jornal Expresso, a falta de apoio do Governo no âmbito do PREVPAP, contrastando esta afirmação com o [comunicado do CRUP de 6 de março](#), reportando-se, nomeadamente ao parágrafo em que é dito que a missão das Universidades exige uma grande rotação de bolseiros. Querem, assim, perceber qual a dificuldade política ou financeira que o CRUP está a sentir para que não seja possível cumprir o PREVPAP.

O Senhor Professor Doutor António Fontainhas Fernandes referiu que é entendimento do CRUP a necessidade de cumprir com o contrato de confiança assinado com o Governo em 2016, o qual refere que as Universidades terão direito a receber em conformidade com o impacto que resulte de alterações legislativas.

Referiu, ainda, que este acordo impõe a realização de um relatório de execução orçamental e que esse relatório é público, sendo certo que o último ano foi bastante difícil.

De seguida, abordou as questões das valorizações remuneratórias, do emprego científico e da precaridade que se verifica no ensino superior e na ciência, salientando que o PREVPAP tem sido moroso e demorado, e que se encontra a decorrer em conformidade com o estabelecido pelo Governo.

Qualificou o PREVPAP como uma janela de oportunidade para a integração, mas evidenciou que foram apresentados 5.866 requerimentos, não tendo sido analisados, ainda, nem 50%. Informou que a maioria das regularizações têm ocorrido no âmbito das carreiras gerais, sendo que no que respeita aos docentes, a situação tem sido residual, referindo que os casos são muito diferenciados e que grande parte não é passível de regularização pelo PREVPAP.

O Senhor Professor Doutor João Sâágua pediu a palavra para sublinhar que não há qualquer acordo com o Governo para boicotar o PREVPAP, reconhecendo terem recebido uma nota de trabalho do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a qual concordam. Prosseguiu, expondo os dados disponíveis, referentes ao PREVPAP, no que respeita à Universidade Nova de Lisboa.

De seguida, entrevistaram a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD), o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP).

O Professor Doutor António Fontainhas Fernandes (Presidente do CRUP), a Professora Doutora Ana Costa Freitas (Reitora da Universidade de Évora), o Professor Doutor Rui Vieira de Castro

(Reitor da Universidade do Minho), e o Professor Doutor José Molarinho Carmo (Reitor da Universidade da Madeira) tomaram da palavra para prestar os devidos esclarecimentos e informar, pontualmente, o atual estado dos processos do PREVPAP nas suas instituições de origem.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da delegação do CRUP.

A presente audição foi objeto de gravação [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nos Politécnicos – 15h45

O Senhor Presidente cumprimentou a delegação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), melhor identificada na [página da audição](#), informando-a da grelha de tempos disponível para o efeito.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) este expôs ser pretensão do seu Grupo Parlamentar realizar um balanço do PREVPAP. Referiu que esta preocupação surgiu do caso particular da universidade de Aveiro, mas que o seu Grupo Parlamentar não podia deixar de abordar o tema de forma mais abrangente, pois que é da maior importância que todo o processo do PREVPAP corra da melhor forma.

Assim, solicitou ao CCISP que este fizesse um apanhado geral das reuniões que têm ocorrido, com indicação de números concretos para uma análise mais detalhada.

Pedro Dominginhos, Presidente do CCISP, informou que todos os politécnicos, bem como os serviços da ação social tiveram uma primeira reunião com as comissões paritárias, havendo um segundo período, ainda em curso, de apresentação de requerimentos.

Abordou, depois, de forma clara e concisa, a regularização decorrente do Estatuto de Carreira de Docente; da regularização do pessoal não docente, e da unanimidade que se tem verificado quanto a estes; e por fim da regularização do pessoal docente, apontando a existência de situações de cariz diverso, nomeadamente os docentes a quem será de se aplicar o regime transitório, as pessoas que se encontram contratadas a 100% a 4 anos e a quem será impossível renovar, e ainda os docentes a tempo parcial.

Concluiu colocando uma dúvida quanto ao tipo de concurso que deverá ser aberto em virtude do docente que tenha provimento ao abrigo do PREVPAP, isto é, se o concurso será aberto só para este candidato, ou se deve ser um concurso público aberto a todos.

De seguida, intervieram a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD), o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) e a concluir o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE).

Atendendo o teor das perguntas colocadas, foi dada a palavra ao Senhor Professor Doutor Sobrinho Teixeira, o qual prestou os devidos esclarecimentos.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da delegação do CCISP.

A presente audição foi objeto de gravação [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

6. Audição da Federação Nacional dos Professores, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nas instituições de ensino superior – 16h30

O Senhor Presidente cumprimentou a delegação da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), melhor identificada na [página da audição](#), informando-a da grelha de tempos disponível para o efeito.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) este expôs ser pretensão do seu Grupo Parlamentar realizar um balanço do PREVPAP. E portanto, pretendem ouvir várias entidades sobre o processo em questão. Referiu, depois, que a grande maioria dos investigadores e docentes têm visto os seus requerimentos recusados, questionando – uma vez que a FENPROF tem lugar na Comissão de Avaliação Bipartida da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CAB-CTES) – quantos requerimentos foram já analisados e como é que o Ministério os tem votado.

Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF, referiu que, para um observador desatento, a maneira como o PREVPAP está a decorrer até poderia fazer supor que não estávamos a falar de um programa do Governo. Após duas CAB e 33 atas depois não aprovadas, salientou que até agora apenas foram considerados 2% de docentes e investigadores. Referiu que se não era para aplicar o PREVPAP, então não se aplicava. Mais, expôs que nas reuniões da CAB tudo consubstancia motivo de indeferimento, sendo certo que a CAB coordenadora não aceita critérios gerais, porque a avaliação deve ser casuística.

No que respeita à questão da avaliação do mérito, referiu que a sujeição a concurso para efeitos de avaliação do mérito feria os direitos laborais de trabalhadores que estão nas instituições, p.ex. há mais de 20 anos. E que desta forma, o único mérito que acaba por ser reconhecido aos trabalhadores é continuarem a ser precários.

Dada a palavra a Tiago Dias, o mesmo sumariou as dificuldades que tem assistido na CAB-CTES, nomeadamente a apreciação casuística dos casos, e o facto de a votação, por regra, ser 4/3, sendo 3 os votos dos sindicatos e 4 dos Membros do Governo e representante do sector.

De seguida, intervieram o Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD), o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) e a concluir o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), tendo Mário Nogueira e Tiago Dias prestado os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da delegação da FENPROF.

A presente audição foi objeto de gravação [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

7. Audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior, por requerimento do BE, para prestar informações sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública nas instituições de ensino superior – 17h15

O Senhor Presidente cumprimentou a delegação do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), melhor identificada na [página da audição](#), informando-a da grelha de tempos disponível para o efeito.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por dizer que os dados, números e práticas apresentadas pelas diferentes entidades ouvidas hoje chocam. Com efeito, constatou-se que os dados da Universidade da Aveiro não correspondem aos dados da FENPROF.

Referiu que a Direção Geral de Estatística de Educação e de Ciência (DGEEC) apresentou um relatório sobre os números da precariedade no ensino superior. E os requerimentos ao nível do

PREVPAP representam uma necessidade de integrar estas pessoas. Todavia, os números aqui expostos não batem certo. Por outro lado, referiu ser paradoxal que se assuma o mérito dos docentes e investigadores e que esse mesmo mérito não sirva para integrar na carreira.

Dada a palavra a Sofia Tavares, professora auxiliar na Universidade de Évora desde 2010, foi pela mesma exposto todo o seu currículo e atividades desenvolvidas na instituição, e que, perante a sua situação atual, entende enquadrar-se no PREVPAP tendo apresentado requerimento nesse sentido. Todavia, teme que o tipo de contrato de que dispõe neste momento possa vir a ser visto como não permanente.

De seguida, foi dada a palavra a Rosário Mauritti, professora do ISCTE desde 1995, que expôs o seu currículo, referindo que as instituições consideram que docentes, como ela, são adequados a dar aulas a preço de saldo, mas não a serem inseridos nos seus quadros.

De seguida, entrevistaram o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) e a concluir o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), tendo o Presidente do SNESup prestado os devidos esclarecimentos.

Por dos referidos esclarecimentos ter resultado a afirmação de que o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) teria dito, em sede da audição ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ocorrida a 6 de março de 2018, que os professores convidados estavam excluídos do PREVPAP, foi pedida pelo Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) a palavra para referir que tal não correspondia à verdade, solicitando que os serviços da comissão procedessem à transcrição desse seguimento.

Duarte Marques (PSD) pediu a palavra para dizer que não lhe parecia adequado pôr em causa a veracidade das declarações prestadas no âmbito de um debate democrático por parte de um convidado.

O Professor Doutor Gonçalo Leite Velho pediu a palavra para dizer que estão habituados a ser rigorosos e precisos, e que teve todo o cuidado no que afirmou em relação ao Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), ou seja, que o mecanismo não foi desenvolvido para o Ensino Superior e para a Ciência e que existem outros mecanismos para integração destes profissionais nas carreiras.

O Senhor Presidente concluiu, referindo que os serviços iriam proceder à transcrição das intervenções do Senhor Deputado em questão, para os devidos efeitos, agradecendo a presença da delegação do SNESup.

A presente audição foi objeto de gravação [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

8.1. [Petição 418/XIII](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

Deputada relatora: Ana Mesquita (PCP)

O Senhor Presidente informou de que o relatório, na sua versão final, foi distribuído com menos de 24h de antecedência, propondo o adiamento do presente ponto, o qual foi aceite pela Senhora Deputada Relatora, sem oposição de nenhum Grupo Parlamentar.

8.2. [Petição 427/XIII](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à valorização da Educação e dos seus Profissionais

- **Deputado relator:** Joana Mortágua (BE)

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) que referiu ter sido o relatório distribuído e, julgando não haver questões a suscitar, disponibilizou-se para os esclarecimentos julgados necessários.

Levada a votação a aprovação do relatório final, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Fixação de redação final de Projeto de Resolução aprovado

O Senhor Presidente levou a votação a redação final proposta pelos serviços da Assembleia da República, para o [Projeto de Resolução n.º 1312/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a realização de um concurso geral de professores em 2018 e a alteração do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário, tendo a mesma sido aprovada sem qualquer oposição dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

A próxima reunião terá lugar no dia 20 de março, às 15:00.

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Sofia Bettencourt
Cristóvão Crespo
Duarte Marques
Elza Pais
Pedro Pimpão
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Nilza de Sena